



## **POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRICULTURA FAMILIAR: O SABER POPULAR DOS/AS AGRICULTORES/AS FAMILIARES, REPRESENTADO PELO NÔNO BIANCHINI, FRENTE AO JECA TATU E A REVOLUÇÃO VERDE NO BRASIL**

*João Paulo Reis Costa<sup>1</sup>*

*Bibiana Barbosa de Souza<sup>2</sup>*

**Resumo:** Abordaremos nesse trabalho a importante contribuição do saber histórico, com base na observação, vivência e interpretação da natureza, por parte dos/as agricultores/as familiares, a partir de uma história vivida junto ao nônio Bianchini, agricultor familiar septuagenário, de Linha Passo das Pedras Brancas, interior do município gaúcho de Boqueirão do Leão, no Vale do Rio Pardo. Permitindo assim, que tentemos compreender a importância desse saber popular, trazido por várias gerações de agricultores e toda sua contribuição para a preservação da agrobiodiversidade do Brasil e do mundo. Assim situaremos esse saber popular, no contexto da Revolução Verde no Brasil, iniciando nossa reflexão um pouco antes desse período, mais precisamente a partir de 1914, a partir das obras “Urupês” e “Jeca Tatuzinho” (1924) de Monteiro Lobato, datadas do primeiro quartel do século XX, como fundantes de uma perspectiva de olhar para o Campo brasileiro e sobretudo, para os/as agricultores/as numa ótica de atraso e até mesmo de uma certa incivilidade desses. Compreendendo que aí estarão lançadas as bases para a Revolução Verde que viria logo em seguida, numa ação conjunta entre o Estado brasileiro e as empresas dos ramos do agrotóxico, insumos agrícolas, maquinários, estabelecidas no pós- II guerra mundial. Assim, fazemos o exercício que tenta mostrar o quanto podem ser complementares esses saberes, se a nossa compreensão de construção dos saberes, for da não-hierarquização desses saberes.

**Palavras – chave:** Agricultura Familiar. Revolução Verde.

---

<sup>1</sup> Doutorando, mestre em Desenvolvimento Regional, Especialista em História do Brasil e licenciado em História, todos pela UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul; Pesquisador-membro do Grupo de Pesquisa “Desenvolvimento Regional” – CNPq. Endereço eletrônico: joapauloreiscosta@gmail.com.

<sup>2</sup> Pós-graduada em Supervisão Educacional pela Universidade Leonardo da Vinci-UNIASSELVI e Pedagoga pela Faculdade Cenecista de Osório-FACOS. Endereço eletrônico: bibiannabs@hotmail.com.



**Abstract:** We will discuss this work the important contribution of historical knowledge, based on observation, experience and interpretation of nature, by the the farmers family, from a story lived by the ninth Bianchini, septuagenarian family farmer, Line step of the white stones inside the gaúcho city of Boqueirão do Leão, in Rio Pardo Valley. Thus allowing us to try to understand the importance of popular knowledge, brought by generations of farmers and all their contribution to the preservation of agricultural biodiversity in Brazil and the world. So we will place this popular knowledge, in the context of the Green Revolution in Brazil, starting our thinking a little before this period, more precisely from 1914, from the works "Urupês" and "Jeca Tatuzinho" (1924) by Monteiro Lobato, dating from the first quarter of the twentieth century, as founding a perspective of looking at the Brazilian field and especially to / the farmers / the delay in optical and even a certain incivility of those. Understanding that there will be laid the basis for the Green Revolution would come soon after, in a joint action between the Brazilian government and companies in the fields of pesticides, agricultural inputs, machinery, set in post-World War II. So, do the exercise that tries to show how these can be complementary knowledge, to our understanding of construction of knowledge, is non-hierarchical organization of this knowledge.

**Keywords:** Family Agriculture. Green Revolution.

## 1 Introdução

Sabemos da importância da agricultura familiar para o mundo, não por menos a ONU (Organização das Nações Unidas) considerou o ano 2014 o ano internacional da Agricultura Familiar, tamanha a sua importância no mundo, principalmente no que tange à produção de alimentos, sendo esse segmento da agricultura o grande responsável por isso, inclusive reforçando a importância estratégica da Agricultura Familiar para a manutenção da vida humana no planeta. E no Brasil não é diferente, pois a agricultura familiar é a grande responsável por alimentar os brasileiros, “produzindo cerca de 70% do que consumimos atualmente, tendo 84,4% dos estabelecimentos do Campo brasileiro, ou seja, 24,3% da área total. Responde hoje por 34,6% do valor bruto da produção agropecuária do país. Ocupa 12,3 milhões de trabalhadores (74,4% da mão de obra)”. (Anuário Brasileiro da Agricultura Familiar 2015, p. 8-13).



Porém, daremos ênfase nesse trabalho não a pujança econômica da Agricultura Familiar, mas principalmente na contribuição cultural dos saberes produzidos por esses/as agricultores/as familiares, com base na sua experiência de vida, na observação e compreensão dos fenômenos da natureza, que trazem na sua formação de gerações passadas, num conhecimento construído a partir da vivência desses/as agricultores/as, nesse caso aqui representados pela pessoa do nôno Bianchini e sua experiência em apontar o fim de uma estiagem a partir do coaxar de uma rã, a “rã da chuva”, a qual nos informou a pouco mais de uma ano atrás, em sua propriedade, no interior do município de Boqueirão do Leão/RS.

E sobretudo, abordaremos o quanto esse saber, vai ser desvalorizado a partir da implementação da Revolução Verde no Brasil, assim, tomamos como ponto de partida as obras “Urupês” (1914) e “Jeca Tatuzinho” (1924), de Monteiro Lobato, como preparatórias de um imaginário preconceituoso acerca do/a agricultor/a do interior do Brasil, considerado/a por essa perspectiva de análise, um/a dos/as grandes responsáveis pelo suposto “atraso” do Brasil, quer pelo olhar higienista, quer pelo eugenista, do início do século XX.

Assim, pontuamos a necessidade de (re)conhecimento dos saberes, popular científico, sem sobreposição de importância, mas em complementaridade e respeito acerca da importância de cada um deles para nossa formação histórico-sócio-cultural, enquanto povo, especialmente em nossa diversidade.

## **2 A “RÃ-DA CHUVA” E O SABER DO NÔNO BIANCHINI**

Cada vez mais dimensionamos a importância dos/as agricultores/as familiares para a manutenção da vida no planeta, em especial para a produção de alimentos que todo dia, e várias vezes ao dia nos alimentamos, mantendo assim nossas vidas. E é nesse/a sujeito/a que buscaremos construir essa reflexão, compreendendo a importância do seu saber e visão de mundo, que orienta suas ações cotidianas. Esses/as agricultores/as, nas suas práxis (re) produzem uma forma de vivência que teima em buscar autonomia, levando em conta sua história de vida e as relações sociais onde estão inseridos/as, com todas as suas contradições, avanços e retrocessos que são inerentes a condição humana. Sua relação diária com a natureza, através de seu trabalho, torna um eixo fundante de sua existência, bem como de suas relações sociais. Justamente porque “o indivíduo autônomo é um



produto de comunidades autônomas, e estas não afirmam sua autonomia negando a natureza, pelo contrário, assumindo ser parte dela, da mãe terra, e em harmonia com ela, como forma de sustentabilidade da vida (tradução própria). (SANTOS, 2015, p. 19).

E é dessa relação estreita com a natureza, que fazem desses/as agricultores/as familiares, sujeitos da sua vivência, que iniciamos esse trabalho ilustrando com uma história vivida e sentida junto a uma dessas famílias, do município de Boqueirão do Leão/RS, mais precisamente na comunidade Passo das Pedras Brancas.

Em meados de janeiro de 2014, o Vale do Rio Pardo passava por uma estiagem, digamos que característica de verão. Eram cerca de 25 dias sem uma chuva de fato “para molhar”, o que já começa a afetar diretamente a vida de quem vive no Campo. Estávamos no município de Boqueirão, em visitas de início de ano à familiares, quando nos deslocamos até a comunidade de Passo das Pedras Brancas, visitar um estudante da Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul – EFASC, que havia fraturado a perna no final de 2013, em atividade na escola.

Um calor absurdo, fazia o horizonte “tremar” quando olhávamos sob uma superfície qualquer, piorando ainda mais a sensação de calor, com a poeira deixada pelos carros que passavam pela estrada de chão, tingindo a paisagem murcha e queimada dos barrancos com um tom cinza-marrom de poeira, demonstrando que há alguns dias de fato não chovia e que, portanto, a água já fazia muita falta.

Ao chegar na casa do estudante Marlon Bianchini, não encontramos ninguém, pois não havia menor sinal de gente. Havia saído. Subimos até a casa de cima, de seus avós (chamado por Marlon e pela maioria de descendentes de italianos, de nônos), onde encontrei nãna Bianchini, que prontamente nos recebeu. Depois de deliciosos doces servidos, como de costume, e muita contação de “causos” de nossos cotidianos, aparece após da “sesta” do meio-dia, um senhor todo prosa, de mais 70 anos de idade, era o nônio Bianchini.

Que depois de enxaguar o rosto, somou-se a nós com um chimarrão e ampliando ainda mais a nossa prosa, com histórias acerca daquela propriedade e comunidade, fazendo um belo exercício temporal entre o antigo e o atual em Boqueirão do Leão e sobretudo, da agricultura familiar, capacidade que somente a experiência de vida pode nos proporcionar, quando contado em primeira pessoa.



Passado um tempo daquele encontro inesperado, eis que descemos até a casa de Marlon, pois pelo barulho, já deveriam ter chegado.

Foi quando encontramos o jovem, com a perna devidamente engessada e ainda em recuperação. Em meio a nossa conversa sobre reabilitação do estudante, foi que se manifestou um dos momentos mais reveladores que presenciamos e que se estenderia por cerca de um dia ainda. Nesse momento estaria se revelando toda a sabedoria construída pelos/as agricultores/as familiares e sua magnífica capacidade de observação participante da natureza, ou como disse Freire (1992, p. 10), “saberes de experiência feitos”, que muitas vezes contrapõem as bases de uma ciência, dirigida pela lógica matemática das provas materiais e contraprovas, que em tese, explicam os fenômenos.

Enquanto conversávamos sobre o tratamento da fratura e tudo que ainda viria pela frente até a pronta recuperação do jovem, fomos interrompidos, por um pedido de silêncio por parte do nônio<sup>3</sup>: - “Pssssss, estão ouvindo?” (fazendo um ar de procura ao longe). Nesse momento nônio Bianchini, numa espécie de ritual de concentração, retira o chapéu da cabeça e o traz junto a seu peito, em seguida olha para cima do cerro que cerca a paisagem em torno da casa do neto, indo devagar em direção a porta da área que cerca a casa, e diz em tom professoral, mas numa espécie de cochicho: – “É a rãzinha da seca! É a rã da chuva, não escutam? – Até amanhã no final do dia, temos chuva! Graças a Dio, a seca acabou!” E volta seus olhos para nós, dando sequência a conversa sobre a recuperação da perna fraturada do neto. Esse momento não durou mais que 40 segundos.

Enquanto isso se desenrolava, nos olhávamos em tom de um rápido riso no canto da boca, quase que telepaticamente pensando: “O que deu no nônio? Chuva onde? Do que está falando?” Ao nosso redor, o calor nos dava uma sensação de sufocamento, pois já eram quase 16 horas. Logo em seguida saímos dos Bianchini, para retornarmos para casa, sem maiores conversas.

Lembrava de meu avô paterno “benzendo” as tormentas com um machado nos fundos da casa de minha avó materna. Esse mesmo avô, que quase não estudou, mas era uma espécie de veterinário, cuidando de cavalos para carreiras em cancha reta. Das relações que meu pai fazia com a floração das árvores em relação a possibilidade de novas geadas e do saber matemático que empregava no feitio de

---

<sup>3</sup> Reproduziremos aqui as falas do nônio com acentuação de seu sotaque italiano, tão marcado em sua fala.





carroças e rodas em sua ferraria. Além do conhecimento de minhas avós e avôs em relação aos chás e ervas que raramente faziam buscar hospital. Enfim, uma série de situações que colocava a observação do nônio Bianchini como central nesse contexto, em que todo filho/a de agricultor/a familiar é criado/a. E que aos poucos vamos nos distanciando, em função de nossos estudos e convivência com uma perspectiva de vida baseada no que compreendemos por científico, provado e comprovado, sem espaços para esse tipo de compreensão de mundo, advinda de um saber não cientificizado. Embora, não se trata aqui de minimizar a importância da ciência e tudo que ela vem nos proporcionado nos últimos anos, sobretudo.

Amanheceu como anoiteceu, muito calor e céu azul. De fato, as esperanças de acerto do nônio Bianchini estavam cada vez menores, pois a cada hora estávamos mais próximos do final do dia, em que previra chuva a partir do coaxar da “rã da chuva”. Veio o meio-dia e tudo igual, seguia a estiagem na região, castigando principalmente as plantações de fumo, que estava “queimando no pé” (na serra do Vale do Rio Pardo a colheita se estende até meados de março, pois se planta mais tarde, em função da ameaça de geadas até setembro), o que vinha preocupando bastante os/as agricultores/as familiares da região.

No meio da tarde, inesperadamente “vira o vento”, dando uma sensação de frescor no ar. Era sim um indicativo de que o tempo poderia “virar”. Entre as 15 e 17 horas o calor escaldante deu lugar a uma brisa leve e fresca, compondo um mosaico em tom de cinza – cinza escuro no céu. Era uma dança de nuvens, anunciando que nônio Bianchini estaria certo ao escutar e atender aos avisos da “rã da chuva”. Iniciando logo em seguida, uma chuva forte a partir das 18h daquele janeiro de 2014, chovendo cerca de 45 mm. Portanto acabara ali, naquele momento, a estiagem que já assolava a agropecuária familiar na região.

Era uma alegria sentida não só pela chuva em si e todos os benefícios que a mesma nos traria, especialmente aos/as agricultores/as que estavam na fase final do seu cultivo e, portanto, no momento de colher o que lhe é mais rentável na produção de fumo. Mas sim, porque a pouco mais de 24 horas atrás, nônio Bianchini, inesperadamente nos proporcionou um momento de manifestação de várias gerações de agricultores /as familiares, que dependem exclusivamente da natureza para viverem. A sua relação entre a o coaxar da “rã da chuva” com o fim da estiagem, pela chuva que cairia no mais tardar em um dia, era uma manifestação clara de um saber construído por gerações, que sempre fez e ainda teima em fazer



da natureza, um “termômetro” e uma aliada de primeira ordem, para o desdobramento das suas atividades do cotidiano.

O fim daquela estiagem, afirmada um dia antes por nônio Bianchini, provocou-nos uma sensação de vergonha-feliz, vergonha, porque quando o nônio nos comunicou daquele sinal de fim de estiagem, não acreditamos de pronto, dadas as evidências que tínhamos frente aquele calor. E felicidade, por no fundo querermos estar errados em nossa não-crença na fala do nônio. Essa vergonha-feliz, foi por nós partilhada meses depois quando nos encontramos em aula, relembrando a chuva que caíra logo após o coaxar da rã da chuva.

Pois na crença da afirmação do nônio Bianchini, estava em nós a certeza da importância de (re)valorizarmos um saber genuinamente original, que tem como premissa a observação e a interação dos homens e mulheres com a natureza, sem qualquer estabelecimento hierárquico, mas numa perspectiva de entendimento através da repetição dos fenômenos e associação a determinadas situações. De certa forma, como aponta Freire (1983, p. 19), num saber “mágico”, que se incorpora a um cotidiano de experiências e aprendizados ao longo dos tempos, com saberes que atravessam gerações. Justamente, porque “o pensamento mágico não é ilógico nem é pré-lógico. Tem sua estrutura lógica interna e reage, até onde pode, ao ser substituído mecanicistamente por outro. Este modo de pensar, como qualquer outro, está indiscutivelmente ligado a uma linguagem e a uma estrutura como a uma forma de atuar”. (FREIRE, 1983, p. 19).

Trata-se aqui de um saber popular, construído por gerações, que historicamente se fizeram através de uma mistura de culturas e de saberes, que vem desde os indígenas que aqui viviam, mais tarde com a contribuição negra africana e também com a presença europeia, formando um mosaico de culturas que hora se aproximaram, hora se repeliram. Mas que podemos perceber o quanto se manifesta atualmente nos saberes dos/as agricultores/as familiares, por exemplo, que têm na interação com a natureza a manutenção da sua própria vida e dos seus e da própria natureza.

Um saber que não se constrói de uma hora para outra e nem se constitui em cartilhas ou brilhantes teses, mas sim, na perspectiva do conhecimento apresentado pela escola, nem pela universidade e muito menos pela ciência moderna, mas que reside numa costura diária dessas pessoas, que elaboram uma forma de ver, viver e



transformar o mundo em sua volta. Como aponta Boff (2000, p. 50-51), ao escrever sobre o filósofo Martin Heidegger.

Ele (Martin Heidegger) quis ficar por lá (Friburgo, Alemanha) por que seus grandes amigos, seus interlocutores de pensamento, eram camponeses, lenhadores da Floresta Negra com quem ele mantinha grandes diálogos. Ele dizia: “Aqui estão os pré-socráticos”. Aqueles do pensamento originário, que não estão na metafísica das igrejas, da modernidade, nem das universidades, estão no chão da vida, em grau zero, colados a realidade fundamental da *existência*. “Aqui alimento minha reflexão. Não vou a Berlim, com uma cátedra prestigiosa de Filosofia. Fico aqui com meus lenhadores”. Escreveu um belíssimo texto dando as razões por sua permanência na província.

Portanto, essa elaboração que representamos aqui nesse trabalho, na experiência vivida com o nôno Bianchini, traz essa perspectiva, do saber popular, construído há várias mãos e dotado de uma intencionalidade, que revela suprir a necessidade de resolução dos seus problemas cotidianos, permitindo assim, garantir a manutenção da própria vida e do seu entorno, tendo a vivência como elaboração desse saber, numa costura partilhada, que aos poucos vai apropriando a próxima geração, que aos poucos vai percebendo e fazendo leituras acerca daquilo que a natureza apresenta.

De forma alguma, colocamos aqui uma perspectiva dicotômica/binária entre os saberes PopularXCientífico, como se estivessem em campos opostos. Seria um contrassenso, estabelecer qualquer importância maior ao saber popular, a partir do saber expresso da história que abre esse trabalho, no caso do saber do nôno Bianchini e da sua base cultural, até mesmo porque entendemos nesse contexto, que a “cultura é o conjunto de práticas, de técnicas, de símbolos e de valores que devem ser transmitidos às novas gerações para garantir a convivência social. (...). Assim sendo, nessa perspectiva, cultura seria aquilo que um povo ensina aos seus descendentes para garantir sua sobrevivência”. (SILVA e SILVA, 2006, p. 4).

Muitas vezes temos situações como se apenas o científico partisse da premissa inconteste da universalidade e da reprodução idêntica, garantido pelas técnicas e metodologias que auferem veracidade aos fenômenos. Assim se estruturou toda forma de pensar da modernidade, e tem sua razão de ser assim. Porém, o peso dessa compreensão científica, é não deixar espaço para o saber popular, que foi apartado para o campo das patacoadas, dos causos e de um suposto folclore, como se fosse uma elaboração menor da humanidade. Relegando o saber popular, a um refúgio de ignorantes, que estão sempre a mercê de





explicações externas e científicas. Não obstante, “para que os homens simples sejam tidos como absolutamente ignorantes, é necessário que haja quem os considere assim. Estes, como sujeitos desta definição, necessariamente a si mesmos se classificam como aqueles que sabem. Absolutizando a ignorância dos outros, na melhor das hipóteses relativizam a sua própria ignorância”. (FREIRE, 1980, p. 30). Provocamos aqui uma perspectiva de construção do saber, que dialogue com uma perspectiva integradora de saberes, como propõe Santos (2015, p. 30), quando nos instiga a pensar a partir de uma “ecologia de saberes”, justamente rompendo com a estrutura hierárquica da compreensão de ciência, que temos.

A ecologia de saberes expande o carácter testemunhal dos conhecimentos de forma a abarcar igualmente as relações entre o conhecimento científico e não-científico, alargando deste modo o alcance da inter-subjectividade como interconhecimento e vice-versa. (...) a busca de inter-subjectividade é tão importante quanto complexa. Dado que diferentes práticas de conhecimento têm lugar em diferentes escalas espaciais e de acordo com diferentes durações e ritmos, a inter-subjectividade requer também a disposição para conhecer e agir em escalas diferentes (inter-escalaridade) e articulando diferentes durações (inter-temporalidade). Muitas das experiências subalternas de resistência são locais ou foram localizadas e assim tornadas irrelevantes ou inexistentes pelo conhecimento abissal moderno, o único capaz de gerar experiências globais.

Desta forma, o que o nôno Bianchini nos ensina, e através deles muitos dos povos do Campo, é que há uma grande contribuição dos povos para a manutenção da humanidade e que essa elaboração, merece todo nosso respeito, justamente pois reside nessa compreensão do mundo, uma forma particular de vivência e de elaboração sobre as coisas da vida, justo que "quanto mais assumam os homens uma postura ativa na investigação de sua temática, tanto mais aprofundam a sua tomada de consciência em torno da realidade e, explicitando sua temática significativa, se apropriam dela". (FREIRE, 1987, p. 98-99). E que a ciência e os cientistas/pesquisadores precisam considerar, e mais, tem o dever de dialogar com esse saber popular, até mesmo para se tornar melhor enquanto ciência, pois assim, esta se coloca numa perspectiva de não dada e não pronta.

Sendo assim, uma forma de resistir às imposições de um paradigma moderno-científico, que trata a produção de conhecimento e de cultura, numa perspectiva hegemônica e monolítica, partindo da premissa hierárquica a respeito das elaborações humanas, subestimando o saber popular, e assim definindo quem sabe e quem não sabe, quem detêm o conhecimento e quem precisa “receber”



conhecimento, doravante quem detêm cultura e que é inculto. E isso para os povos do campo brasileiro, em especial os agricultores/as familiares tem um significado histórico, que regularmente lhes relegou o às segundas possibilidades.

Subestimar a sabedoria que resulta necessariamente da experiência sócio-cultural, é ao mesmo tempo, um erro científico, e a expressão inequívoca da presença de uma ideologia elitista. Talvez seja mesmo, o fundo ideológico escondido, oculto, opacizando a realidade objetiva, de um lado, e fazendo do outro, míopes os negadores do saber popular, que os induz ao erro científico. (FREIRE, 1992, p. 43-44).

Por isso afirmamos que toda e qualquer tentativa de hierarquizar os saberes é ilegítima e indefensável sobre qualquer prisma de análise, justamente porque o saber e o conhecimento humano estão na experiência sociocultural das pessoas e nas interações das mesmas com o meio em que vivem, nas suas vivências e elaborações que estes o fazem ao longo de suas vidas, daí a inesgotabilidade do conhecimento e seu caráter dialético, de estar sempre produzindo novas sínteses e nos confrontando com nossas contradições apresentadas pela vida.

Assim, não vamos universalizar a vivência do nôno Bianchini, traduzida aqui numa situação bem específica, mas que pode nos dar uma dimensão de sua interação com o meio em que vive, nem no paradigma romântico, que historicamente colocou as gentes do campo, como elemento da natureza e muito menos compreender esses “saberes de experiência feitos”, como negação da ciência ou atraso cultural de quem ainda busca ler na natureza, possibilidades de suas manifestações, da linha Lobatiana, que abordaremos mais adiante. Até mesmo porque essas duas possibilidades de interpretação dos sujeitos do Campo, o colocaram nas narrativas, em posição de subalternidade, ora pela docilidade em que era retratado, ora pela acidez que era discriminado. Portanto, duas hierarquizações, aparentemente distintas, mas na verdade, irmãs-siamesas.

Trazemos essa experiência narrada, para dar a dimensão de uma construção social do saber, de sujeitos que fazem a costura cotidiana do que vivem e percebem, enquanto sujeitos sociais.

### **3 Da criação do Jeca Tatu à Revolução Verde**

O Brasil entra no século XX com um dilema central, de como incorporar a modernidade e ao padrão de consumo que se anunciava, a maioria de sua



população, habitante do meio rural, basicamente constituída de agricultores empobrecidos, caboclos, negros libertos, moradores dos mais longínquos rincões do país, que

viviam em torno dos mínimos vitais, uma cultura dirigida para a produção dos pequenos excedentes, tanto comerciais como alimentares, uma sociabilidade construída a base das relações de vizinhança (...) é dessa época a representação do Jeca Tatu (...) personagem que se converteria numa das mais conhecidas caricaturas dos pobres rurais no imaginário dos brasileiros. (SCHWARCZ e STARLING, 2015, p. 344-345).

É com Monteiro Lobato que esse paradigma ácido dos homens e mulheres do Campo vai ser constituído enquanto narrativa, possibilitando assim as bases de Revolução Verde no Brasil, que muito mais do que um período de oferta de pacotes tecnológicos para a agricultura, vai representar uma espécie de “processo civilizador” do Campo brasileiro, que vai receber um conjunto de ações e programas via Estado empresas privadas, articuladas com o debate higienista da época, que via no Campo uma população doente, a ser tratada e tirada dessa situação, bem como o debate eugenista, que via nessa população cabocla a materialidade da degenerada moral dos matutos, que impediam o Brasil de progredir.<sup>4</sup> Tal como aponta o escritor Lobato, um dos primeiros a trazer esse tema em voga no Brasil (inicialmente em 1914 e depois em 1917): “Esse funesto parasita é o CABOCLO, espécie de homem baldio, seminômade e inadaptável à civilização, mas que vive à beira dela, na penumbra das zonas fronteiriças”. (LOBATO, 1944, p. 88).

Jeca Tatu extravasou os limites da ficção para encarnar o anti-herói nacional, que incomodava na medida em que comprometia uma determinada concepção da vida cabocla, rompia com o discurso ufanista a respeito do país e seus habitantes – (...) e trazia à tona questões sobre a permeabilidade do Brasil à modernização, os caminhos a serem trilhados para atingi-la, as causas e os responsáveis pelo nosso descompasso; numa palavra, discuti-lo implicava ter por objeto o próprio país. (LUCCA, 1999, p. 62-63).

Logo adiante em 1924, Lobato publicaria uma peça de propaganda, que logo figuraria numa expressão literária, denominada Jeca Tatuzinho, que renderia cerca de 100 milhões de cópias, retratando o Jeca Tatu numa perspectiva da doença, do desconhecimento de sua saúde, da ignorância e principalmente, numa figura a ser enquadrada pela medicina e pelos valores modernos da sanidade corporal e moral,

<sup>4</sup> Ressalto a importante contribuição nesse aspecto da vida social do Brasil, da historiadora Tânia Regina de Lucca, em sua obra: Revista do Brasil – Um diagnóstico para a (N)Ação. São Paulo: Fundação da Editora da UNESP, 1999.



mostrando ao Brasil, que era possível aquele ser do Campo, fora de qualquer propósito moderno, vir a ser um sujeito bem sucedido do Campo, sem discutir absolutamente as condições da pobreza do Jeca Tatu e a estrutura social ao qual sempre esteve subordinado, colocando o Jeca Tatu na condição de ser e não estar assim.

Trazendo uma lógica do trabalho e do enriquecimento como um ideal a ser perseguido pelos homens e mulheres do Campo, numa obra bem popular, de linguagem acessível e com ilustrações que caracterizam bem essa perspectiva modernizante e civilizatória a que estaria exposto o Jeca Tatu a partir dali. E principalmente, o direcionamento ao público infantil, com uma obra também direcionada a esse público.

Meninos: nunca se esqueçam dessa história; e, quando crescerem, tratem de imitar o Jeca. Se forem fazendeiros, procurem curar os camaradas. Além de ser para eles um grande benefício, é para você um alto negócio. Você verá o trabalho dessa gente produzir três vezes mais. Um país não vale pelo tamanho, nem pela quantidade de habitantes. Vale pelo trabalho que realiza e pela qualidade de sua gente. (LOBATO, 1924, p. 19).

Essa revisão em torno do Jeca Tatu, Monteiro Lobato só faria duas décadas mais tarde, com a edição, em 1947, de Zé Brasil, “um camponês vítima do latifundiário e que deveria se engajar na luta pela reforma agrária para resolver sua situação de miséria e opressão” (ZARTH, 2009, p. 232), aí sim, tirando o Jeca Tatu, da condição de “ser” para “estar” assim. Porém, o estrago no imaginário acerca do homem e da mulher do campo estava feito e obviamente, essa retratação do “Jeca Tatu” através do Zé Brasil”, jamais chegaria perto da divulgação e tiragem do primeiro.

**Figura 01 – A obra Jeca Tatuzinho, de Monteiro Lobato, de 1927**





Desta forma, o Brasil principalmente depois a II Guerra mundial (1939-1945), vai sendo aos poucos incorporado ao mercado mundial agropecuário, num processo de modernização da agricultura em escala mundial, numa série de ações de Estado e de investimentos de grandes complexos industriais, no ramo de maquinários, agrotóxicos e adubos sintéticos, sediadas nos EUA e Europa. A esse processo tecnológico-cultural que vai ditar os rumos da agropecuária mundial, numa perspectiva de industrialização do Campo, dá-se o nome de Revolução Verde<sup>5</sup>.

Centros internacionais de pesquisas agrícolas, financiados pelas grandes fundações privadas americanas (Ford, Rockefeller...) selecionaram variedades de alto rendimento de arroz, trigo, milho e soja, muito exigentes em adubos e em produtos de tratamento, colocando em prática, em estação experimental, os métodos de cultivos correspondentes. Nos anos de 1960-70 as difusões dessas variedades e desses métodos permitiram aumentar significativamente os rendimentos e a produção de grãos em muitos países da Ásia, América Latina e África (seleção genética, fertilização mineral, tratamentos, cultivo puro de populações geneticamente homogêneas, mecanização parcial e estrito controle da água) ...recebeu o nome de Revolução Verde. (MAZOYER e ROUDART, 2010. p. 500-501).

Ressaltamos que a inserção do Brasil nesse processo de industrialização da agropecuária se deu aos poucos e não somente numa circunstância de transferência de tecnologia e execução de uma “nova agricultura”. Pois, com um nível de

<sup>5</sup> Vale aqui destacar a importância do texto do pesquisador brasileiro, prof. Dr. José Graziano da Silva, na sua obra, Tecnologia e Agricultura Familiar. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. Principalmente o capítulo 4 – A modernização conservadora dos anos 70. p.87-126.





analfabetismo grande e um país ainda com resquícios muito fortes dos quase quatro séculos de escravidão, onde se praticava uma agricultura exportadora de culturas basicamente artesanais (algodão, café, cacau, charque, açúcar...) não tinha em seu Campo, trabalhadores aptos a seguirem essa cartilha e implementar os pacotes tecnológicos oferecidos pelas grandes empresas do setor. Por isso a parceria entre o Estado e as grandes empresas do ramo agropecuário mundial, era fundamental para que o Brasil se incorporasse nessa nova lógica produtiva.

Por isso essa construção de um Campo atrasado e recheado de “Jeca Tatus”, era importante, para que a se buscasse uma forma de “modernizar” o Campo brasileiro, necessitado de ser tirado do atraso no limiar do século XX, sem nenhuma discussão sobre a situação da posse da terra e o domínio de grande parte do país por coronéis, simplesmente colocando o homem e a mulher do Campo, como sujeitos passivos e carentes dessa nova possibilidade que se anunciava para a agricultura do país. Criar essa necessidade de civilização, era fundamental para instalar as bases da Revolução Verde no Brasil e assim o fizeram, Estado e grandes empresas.

Nessa perspectiva “modernizante”, as empresas do setor agropecuário vão investir pesado na “Extensão<sup>6</sup>” rural, com milhares de técnicos (técnicos agrícolas, agrônomos, engenheiros agrícolas...) a campo, justamente para “levar” aos agricultores as receitas de aplicação dos pacotes tecnológicos junto aos agricultores, especialmente aos agricultores familiares, que mantinham formas de produção de subsistência, sem aplicação de venenos e demais adubos sintéticos, tendo na produção de alimentos para “matar a fome” a fome do mundo, uma das alegações para a modernização da agricultura.

Mais uma vez reforçou-se a tese da “Revolução Verde”, da modernização agrícola, das empresas ligadas à indústria de agroquímicos, que o problema da fome e da desnutrição no mundo desapareceria com o aumento significativo da produção agrícola, o que estaria assegurado com a adoção de um modelo agrícola de grandes propriedades monocultoras e o emprego maciço de insumos químicos (fertilizantes e agrotóxicos). (GOMES, 2014, p. 52).

---

<sup>6</sup> Destacamos a importante reflexão que faz Paulo Freire, em uma de suas mais destacadas obras: “Extensão ou Comunicação?” Publicada em 1969, pelo Instituto de Capacitação e Investigação em Reforma Agrária, em Santiago do Chile, onde Freire estivera exilado, em função das perseguições da ditadura civil-militar no Brasil. Aqui Freire distingue a Extensão da Comunicação dos técnicos junto aos agricultores, na perspectiva da educação e saber popular.



Assim vai ser organizado no país, uma série ações de Estado e setor privado, que criam entidades que vão fazer esse trabalho de Extensão, baseado basicamente na perspectiva da “capacitação” dos homens e mulheres do Campo brasileiro para essa nova perspectiva de trabalho junto à agricultura. E essa “capacitação” vai aparecer ainda hoje nos manuais de “extensão”, como se fosse necessário Capacitar os agricultores, ou seja, tornar Capaz de... alguém que é incapaz de... deixando os agricultores numa posição de total passividade frente a essa ação externa daquele que tem capacidade. Além de capacitação, termos como treinamento são muito recorrentes junto aos órgãos de extensão desde quando são criados até os dias de hoje, tratando os/as agricultores/as como sujeitos passivos no processo e extensão rural, impedindo assim, qualquer possibilidade de diálogo nessa relação, hierárquica, que deixa bem claro de onde vem o saber e a quem compete aprender.

Desde as pautas de alfabetização, passando por medidas sanitárias, cursos específicos, até entidades de crédito, serão oferecidos entre o fim dos anos de 1940 até meados dos anos 1970 aos agricultores. Portanto, a “Revolução Verde” avança principalmente no plano cultural. Pois começa nesse período, patrocinados pelas grandes empresas do setor agrícola, com seus técnicos a campo, a difusão de um conhecimento “científico” e “moderno” das cartilhas, em detrimento de um conhecimento secular que os agricultores traziam de gerações, que passava aos poucos figurar no campo do “atraso” e não produtividade de outrora. Com o passar desses anos, a produção sem venenos e com maior grau de autonomia dos/as agricultores/as familiares, que garantia a subsistência de suas famílias, foram representando um passado arcaico se tornando um empecilho para a modernização da agricultura brasileira, por isso intensas campanhas publicitárias foram organizadas para colocar esses agricultores na “rota do progresso”, além de muitas lavouras experimentais, bem como dias de Campo em “propriedades modelos”, para que esses/as agricultores/as pudessem ter contato com o “futuro” da agricultura, inaugurando assim no Brasil, uma nova perspectiva de desenvolvimento rural.

Desde a década de 50, com a introdução da Revolução Verde no país, vem sendo disseminada uma compreensão do que seja desenvolvimento rural, entendido como intensificação da atividade agropecuária, utilizando insumos modernos, máquinas e agrotóxicos, visando alta produtividade e produção em larga escala, voltada basicamente para o mercado externo. (ETGES, 2001, p. 131).



Vejamos as ações e entidades que vão ganhar o Campo brasileiro pós 1945, que nos referimos anteriormente.

**Figura 02 – Quadro de ações desenvolvidas no Campo brasileiro entre 1945-1976.**

Quadro de ações desenvolvidas no Campo brasileiro entre 1945 - 1976		
Ano	Programa	Definição / natureza
1945	CBAR	Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais
1948	ACAR	Associação de Crédito e Assistência Rural
1956	ABCAR	Associação Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
1958	ETA	Escritório Técnico de Agricultura Brasil – EUA, órgão binacional ligado ao Ministério da Agricultura
1952	CNER	Campanha Nacional de Educação Rural
1955	SSR	Serviço Social Rural
1956	DENERu	Departamento Nacional de Endemias Rurais
1963	PIMPOA	Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-obra Agrícola
1965	CRUTAC	Centro Rural Universitário de Treinamento e de Ação Comunitária
1967	MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
1976	PRODAC	Programa Diversificado de Ação Comunitária
1976	SENAR	Serviço Nacional de Formação Profissional

Fonte: Sistematização dos autores, com base na obra de Calazans (1993).

Foi sem dúvida nenhuma um “show” de siglas no Campo brasileiro, a trabalhar com as populações do Campo, juntamente com os fortalecimentos das escolas técnicas espalhadas pelo país afora, formando técnicos em agropecuária, que instrumentalizariam a difusão dessas novas técnicas e formas de fazer a agricultura. Com toda a intencionalidade de incorporar a população do Campo nessa lógica de mercado, trabalharam de forma articuladas entidades ligadas à educação, serviço social (assistência), extensão e crédito. Estavam lançadas as bases para “tirar o Campo do atraso” e incorporá-lo à modernidade. E estrategicamente fazer da “educação uma grande bandeira, mas sempre a reduziu. Para os dominantes, o povo é analfabeto, é ignorante, é bárbaro; e a educação viria então para resolver esses “problemas”. (ARROYO, 2012). Daí o aparato de escolas técnicas pelo país afora, para garantir essa mão de obra, que possibilitaria as capacitações e treinamentos por todos os recantos do país.

Junto a isso o grande número de agrônomos e veterinários brasileiros que vão fazer intercâmbio, principalmente nos EUA é outro elemento que vai solidificar



“cientificamente” a Revolução Verde no Brasil. Aos poucos o Brasil vai adentrando ao mundo, que hoje chamamos de Agronegócio, especializando uma mão-de-obra a produzir em larga escala e cada vez com menos mão-de-obra, garantindo sobrevivência ao latifúndio estabelecido desde as capitanias hereditárias.

A intensificação da agricultura para exportação tornou-se imperativa para a modernização; O equipamento comprado no exterior deve ser pago. O resultado é o abandono parcial ou total da agricultura de subsistência, e assim a necessidade de pagar pelos alimentos com divisas estrangeiras (...) uma comparação entre elementos disparees da nova ideologia urbana e da nova ideologia rural aponta uma urbanização mais intensa e uma pobreza mais aguda. (SANTOS, 2003, p. 31).

Premissa essa que ainda é marcante na assistência técnica junto à agricultura familiar atualmente, salvo raríssimas exceções, onde os técnicos se limitam a executar uma extensão rural, sem nenhuma possibilidade de comunicação, isto é, de interação e diálogo com os/as agricultores /as, ainda partindo duma perspectiva de que apenas uma das partes (dos técnicos) tem a “oferecer” conhecimento, condicionando a outra parte à ignorância do saber-fazer na agricultura, fazendo com que ambos percam possibilidades de aprenderem um com o outro, deixando de haver uma relação que prima pelo diálogo e pela interação entre esses entes. Fazendo com que infelizmente ainda tenhamos uma grande minoria de técnicos que trabalhem na perspectiva da Comunicação. No qual

o conhecimento não se *estende* do que se julga sabedor até aqueles que se julga não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem - mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações”. (FREIRE, 1983, p. 22).

E quando isso acontece na prática, saberes como do nônio Bianchini são valorizados, sem deixar de buscar a previsão do tempo pelos institutos de meteorologia, por que esses são muito importantes, mas ouvindo o que aquele senhor septuagenário tem a dizer, com suas décadas de experiência. Podendo assim muito bem (con)viver, perspectivas diferentes de enxergar e interferir no mundo, sem hierarquização e entendendo que ambos os saberes, popular e científico, apresentam limites na sua proposição de explicar a totalidade dos fenômenos e das relações sociais.

#### **4 Algumas Considerações**



Assim, nesse trabalho, buscamos estabelecer uma relação entre a importância do saber popular, praticado, experimentado e vivenciado pelos agricultores familiares, em especial aqui exemplificado a partir da nossa vivência junto ao nônio Bianchini e à explicitação do seu saber. Não deixando de lado, todas as possibilidades que a ciência proporciona. Mas ressaltando, que existe saber “fora” do que compreendemos por ciência. E nesse caso aqui, o nônio Bianchini nos mostra a força desse saber, genuinamente popular, com premissas alicerçadas na valorização e partilha de diferentes saberes, sem hierarquização e com aprendizagens impregnadas de sentido, integradas com a realidade e centralizadas no diálogo. (VERGÜTZ, 2013).

Porém, a relevância desse saber popular, sobretudo, a partir da criação do Jeca Tatu, numa perspectiva modernizante do início do século XX, foi extremamente abalada, justamente por essa forma de pensar e se relacionar com o mundo, estar representando uma forma de vida “atrasada”, “arcaica”, portanto fora da perspectiva moderna, que a Revolução Verde traria para o meio rural brasileiro, sob a nobre preocupação de produzir alimento para “matar” a fome do mundo e o Brasil seria um importante aliado desse setor, que se estruturava na época e que hoje chamamos de agronegócio.

Justamente a Revolução Verde, que viria a ser “implantada” no Campo, a partir de uma lógica alfabetizadora reduzida a apenas aos agricultores e agricultoras aprenderem a manusear cartilhas e ler rótulos de embalagens, além de aprender a escrever os nomes para rabiscá-los nos contratos que logo viriam. Junto com a alfabetização, empresas de assistência técnica garantiram essa “capacitação” e “treinamento” dos agricultores/as, além de acesso ao crédito, conforme as empresas iam tendo maior demanda de produção. Estavam criadas as condições básicas para “modernizar” o Campo e colocar os povos do Campo na “era da civilização”, portanto, os pacotes tecnológicos viriam aos montes para garantir a esses agricultores as condições reais de incorporação desses a essa nova perspectiva de produzir no Campo.

Assim, compreendemos a Revolução Verde no Brasil, muito além de propagação de técnicas e tecnologias contidas nos pacotes tecnológicos impostos pelo capital agroalimentar exportador. Entendemos que antes dessa operacionalização, as empresas multinacionais desse setor, juntamente com o Estado Brasileiro, vão produzir um imaginário acerca do Campo e dos trabalhadores





do Campo, que possibilitam criar as condições para a implantação da Revolução Verde. Portanto, ela se estrutura enquanto narrativa, mostrando um Campo que não tem como continuar existindo, alheio à civilização e à modernidade. Logo, aquilo que os agricultores sabiam e faziam, já não serve mais, é passado, é velho, é atrasado. Era preciso um novo Campo e um novo agricultor/a, que fosse a antítese do Jeca Tatu. Sem essa caricaturização, do agricultor “burro”, “atrasado”, “incapaz”, para ditar as ações do Estado brasileiro, juntamente com as empresas, não se conseguiria a síntese do Jeca retratado no fim do “Jeca Tatuzinho”, um agricultor bem-sucedido, de botas, saneado, vigoroso e capitalizado, um verdadeiro empresário do Campo.

É por isso que o nônio Bianchini ilustra esse trabalho, justamente por representar essa possibilidade de saber, construído há várias gerações, permitindo que os/as agricultores/as familiares produzam os alimentos que vão à mesa dos brasileiros e que entendemos ser de extrema importância para a humanidade, pois além de alimentar as pessoas, é com a prática de agricultura da agricultura familiar, que ainda se mantêm a agrobiodiversidade que resiste às imposições do agronegócio, que não tem com a natureza qualquer respeito.

Por isso, o saber demonstrado pelo nônio Bianchini representa essa possibilidade de compreendermos o saber na perspectiva de Freire (1987, p. 39), em que “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.” E que, não obstante, qualquer tentativa de horizontalização do saber ou minimização do saber não considerado científico, é nada mais que um ultraje a própria história da humanidade.

## Referências

Anuário Brasileiro da Agricultura Familiar 2015. Erechim: Ed. Bota Amarela. 2012.

ARROYO, Miguel. *A contribuição do pensamento de Paulo Freire para a construção do projeto popular para o Brasil*. Curso de realidade Brasileira. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/13498659/Miguel-Arroyo-Paulo-Freire-e-Projeto-Popular>>. Acesso em: 21 jan. 2012.

BOFF, Leonardo. *A Águia e a Galinha: Uma metáfora da condição humana*. 45ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BOFF, Leonardo. *Tempo de Transcendência*. Rio de Janeiro. Ed. Sextante, 2000.



CALAZANS, Maria Julieta Costa. Para compreender a Educação do estado no meio Rural (Traços de uma trajetória). IN: THERRIEN, Jacques. DAMASCENO, Maria Nobre (coordenadores). *Educação e escola no campo*. Campinas: Papirus, 1993 – (Coleção magistério. Formação e trabalho pedagógico).

ETGES, Virgínia Elisabeta. O Espaço Rural no Contexto da Acumulação Flexível. IN: ETGES, Virgínia Elisabeta (org). *Desenvolvimento Rural: Potencialidades em questão*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. Prefácio de Jacques Chonchol. 7ª ed. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1983.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1992.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia do Oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOMES, Antonio Carlos. *A operacionalização do mercado institucional de alimentos no contexto do Vale do Rio Pardo: o caso da cooperativa Leoboqueirense de agricultores familiares / Antonio Carlos Gomes*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2014. Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Cidonea Machado Deponti.

LOBATO, Monteiro. *Jeca Tatuzinho*. Edição especial do Instituto “Medicamenta” Fontoura e Serpe. São Paulo / Brasil, 1924. Disponível em: <http://www.literaturaeshow.com.br/2010/08/jeca-tatuzinho-e-o-biotonico-fontoura.html>. Acessado em: 15 de set. 2016.

LOBATO, Monteiro. *Urupês*. Ed. Revisada. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994. p. 88.

LUCCA, Tânia Regina de. *Revista do Brasil: Um diagnóstico para a (N)Ação*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

MAZOYER, Marcel. ROUDART, Laurence. *História das agriculturas no mundo: Do neolítico à crise contemporânea*. São Paulo, Ed. Da UNESP. Brasília DF: NEAD, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Introducción: Las Epistemologías del Sur*. Disponível em: [http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/INTRODUCCION\\_BSS.pdf](http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/INTRODUCCION_BSS.pdf). Acessado em: 15 de set. 2016.

\_\_\_\_\_. *Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes*. Disponível em: [http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/Para\\_alem\\_do\\_pensamento\\_abissal\\_RCCS78.PDF](http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/Para_alem_do_pensamento_abissal_RCCS78.PDF). Acessado em: 15 de set. 2016.

SANTOS, Milton. *Economia Espacial: Críticas e Alternativas*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.



SCHWARCZ, Lilia Moritz. STARLING, Heloisa Murgel. *BRASIL: Uma Biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, José Graziano da Silva. *Tecnologia e Agricultura familiar*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SILVA, Kalina Vanderlei. SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de Conceitos Históricos*. Ed. Contexto – São Paulo; 2006.

VERGUTZ, Cristina Luisa Bencke. *Aprendizagens na Pedagogia da Alternância da Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul*. Santa Cruz do Sul, 2013. PPG Mestrado em Educação – UNISC. Orientação: Prof. Dr. Felipe Gustsack.

ZARTH, Paulo Afonso. Colonos imigrantes e lavradores nacionais no sul do Brasil: Projetos de ocupação de terras em conflito. IN: MOTTA, Márcia. ZARTH, Paulo Afonso (orgs). *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história – Concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960)*. Vol II. São Paulo: Editora da UNESP; Brasília, DF. MDA, NEAD, 2009.